

DEMOGRAFIA HISTÓRICA E ESTUDOS CULTURAIS: UM DIÁLOGO A PARTIR DE CONEXÕES E CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO NACIONAL¹

Hiago Vaccaro Malandrin²

RESUMO

Este trabalho principia a construção de um diálogo nos estudos brasileiros entre as correntes da demografia histórica e dos estudos culturais, estabelecendo pontos de contato sobre as condições de estudo das populações do passado por meio do uso de bibliografias nacionais específicas de cada área, a saber, do historiador Sergio Odilon Nadalin para a discussão demográfica e da pesquisadora e linguista Maria Elisa Cevasco para as questões da produção cultural. Partiremos da hipótese inicial de que ambas correntes são passíveis de comparação por serem estabelecidas em momentos próximos do século XX e por serem concebidas dentro de suas respectivas áreas enquanto mecanismos análogos para o entendimento do passado de organizações populacionais. Sendo o passado, enquanto objeto de estudo, o resultado da análise da história e cultura, serão abordadas as distinções e limites de uso da demografia histórica e dos estudos culturais quando postas em situação de paridade para a análise do passado das sociedades, sejam elas entendidas enquanto população ou enquanto comunidades. Por fim, pretendemos defender a ideia de que tanto a demografia histórica quanto os estudos culturais ocupam um papel de atuação semelhante na construção e no entendimento de uma historicidade social, de modo que ambas correntes, ainda que usualmente circunscritas a seus debates de campo mais especializados, possuem o espaço para incorporarem novas referências advindas de áreas acadêmicas próximas, operando com novas categorias e perspectivas para o mapeamento da história e do passado das populações.

Palavras-chave: Demografia histórica; Estudos culturais; Leituras interdisciplinares; História das populações; Disciplinas acadêmicas.

INTRODUÇÃO

“Uma vez que numa sociedade baseada na dominação o conflito é permanente, essas formas só podem apresentar, ainda que muitas vezes de maneira que precisam ser desentranhadas pela análise, as contradições que estruturam esse modo de vida” (CEVASCO, 2007, p. 16)

“Essas formas”, conforme escreve a pesquisadora Maria Elisa Cevasco, referem-se aos meios que encontramos para analisar a sociedade e transcrevê-la em dados, textos e signos segundo a história dos conjuntos de indivíduos que a compõe. Quando pensamos nesse processo descritivo e analítico, estamos nos remetendo a inúmeros métodos de pesquisa que nos permitem enxergar além daquilo que já está posto, seja por meio das inferências elaboradas pela demografia histórica sobre a história das populações, seja por meio dos estudos culturais na evidência de como a forma dos produtos culturais revela aspectos que as

¹ Trabalho aceito para apresentação oral na I Semana da Demografia da Universidade Estadual de Campinas, evento que ocorreu entre os dias 24 e 27 de outubro de 2022.

² Doutorando em Educação – FE/UNICAMP. E-mail: hiago.malandrin@gmail.com

formações sociais mascaram. O primeiro questionamento que emerge dessas poucas linhas faz menção a nossa escolha de objetos, uma vez que não são apenas as disciplinas da demografia histórica e dos estudos culturais que se ocupam dessa análise da histórica de grupos populacionais. E, para discorrermos sobre nossa escolha de tratar como objeto duas áreas das humanidades tidas como distantes e particulares em seus campos de criação empírica, precisamos, primeiramente, regredir um pouco no processo histórico de como essas disciplinas foram organizadas.

A demografia, enquanto uma grande área das Ciências Sociais e do conhecimento contemporâneo, ocupa-se de estudar os fenômenos de formação e evolução das populações humanas (COSTA, 2011, p. 213). Historicamente, como nos conta Costa (2011, p. 219) a análise demográfica e os estudos populacionais foram amplamente incentivados no contexto pós-segunda grande guerra mundial, especialmente em função da universalização das técnicas e métodos demográficos somados ao aperfeiçoamento tecnológico. Dentro dessa grande área, a demografia histórica situa-se enquanto uma corrente da demografia moderna que, pelo exame de novas fontes e temas, contribui para o entendimento da estrutura populacional, analisando as mudanças que nela se produziram ao longo do tempo e dados relativos às relações sociais humanas. Na década de 1940, a demografia histórica – ainda que não estabelecida sob esse nome – passa a ser discutida enquanto ramo da história geral, conforme anotado por Adolphe Landry em suas teorias sobre a demografia contidas em *La Révolution démographique – The Demographic Revolution* (1934); fato este que, na década seguinte, culmina em um hiato entre História e Demografia, conforme observa Marcel Reinhard ao apresentar a primeira síntese consagrada à história da população mundial no livro *Histoire de la population mondiale de 1700 a 1948* (1949) (COSTA, 2011, p. 219).

No entanto, entre as décadas de 1960 e 1970, estreitaram-se os laços entre história e demografia graças aos esforços de historiadores e demógrafos historiadores franceses e europeus, com destaque para a criação do Grupo de Estudos Populacionais de Cambridge (*The Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*) em 1964 – fundado pelo historiador Peter Laslett e pelo demógrafo histórico Tony Wrigley. Nas décadas seguintes a demografia passou a ganhar destaque na dimensão da história, como encaramos na extensa produção do demógrafo e sociólogo Kingsley Davis, reconhecido por seus trabalhos em demografia histórica e teoria demográfica, em especial nos estudos da migração internacional, da urbanização mundial, e da transição demográfica e política populacional (COSTA, 2011, p. 219-220). Observamos assim, na breve reconstrução histórica da corrente demográfica discutida, como os termos “demografia” e “histórica” são duas categorias que

passaram a ressoar entre si pelo esforço de inúmero intelectuais, responsáveis por combinar a perspectiva da Demografia e da História em uma mesma expressão, exprimindo o esforço em analisar um todo orgânico que representa uma área delimitada do conhecimento da vida social (COSTA, 2011, p. 213).

Quanto aos estudos culturais, este é um outro ramo das ciências humanas que pressupõe, desde sua gênese, “pensar as representações culturais como uma maneira de dar forma e significado à vida social” (CEVASCO, 2015, p. 95), ocupando-se de conhecer e interpretar a realidade social e histórica sob uma perspectiva interdisciplinar, combinando economia política, teoria da comunicação, sociologia, teoria social, crítica literária, antropologia cultural, geografia e filosofia. O percurso da disciplina, como nos indica Cevasco (2008, p. 11) remonta a realidade britânica da década de 1950, combinando o primeiro momento de estruturação da disciplina dos estudos culturais ao debate mais amplo sobre a questão da cultura em um mundo ainda em processo de reorganização no contexto do segundo pós-guerra. Três autores se destacam como os precursores desse debate ao publicarem entre as décadas de 1950 e 1960 livros direcionados a reavaliar os discursos preponderantes sobre a cultura na tradição britânica. Destacaremos aqui os três livros considerados, não por acaso, os livros fundantes da nova disciplina: *The Uses of Literacy* (1957), de Richard Hoggart; *Culture and Society, 1780-1950* (1958), de Raymond Williams; *The Making of the English Working Class* (1963), de Edward P. Thompson (CEVASCO, 2008, p. 13).

Raymond Williams, tido como figura central na fundação dos estudos culturais, utiliza como método a análise de um mapa semântico da sociedade inglesa para a reconstrução da história britânica pelo viés da cultura, evidenciando como no pós-guerra a cultura passa a ser entendida e estudada enquanto seu viés antropológico, popularmente associando cultura como características do modo de vida de uma população. Nesse movimento, Williams propõe o estudo das artes e, em especial da literatura, como mecanismos de análise da sociedade, elaborando outros livros com essa mesma perspectiva, como em *The Long Revolution* (1961), que é publicado simultaneamente a seu ingresso na Universidade de Cambridge (CEVASCO, 2008, p. 11). Quanto a Edward Thompson, o historiador se ocupa de introduzir uma nova perspectiva de pensar a história da Inglaterra, procurando, por meio do estudo da história da população inglesa, “recuperar a história dos de baixo, não como mero apêndice da historiografia oficial, mas como um movimento impulsionador da história geral” (CEVASCO, 2008, p. 21). Por fim a última pedra fundante da disciplina dos estudos culturais remete novamente a Richard Hoggart, em 1964, quando

funda o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (*The Centre for Contemporary Cultural Studies*) na Universidade de Birmingham, sendo esse o centro responsável por lançar no mundo nomes importantes para a divulgação da nova disciplina, tais como Stuart Hall, Dick Hebdige e Paul Gilroy (CEVASCO, 2008, p. 21).

As respostas preliminares, ainda que breves, fornecem um primeiro contato com as áreas que iremos operar ao longo do texto, nos fornecendo imagens para a construção imagética de que os estudiosos dessas duas áreas, ainda que limitados seus escopos de análise e campos de criação particulares, desenvolvem seus trabalhos de pesquisa e análise ao observarem fenômenos associados a determinados conjuntos de indivíduos. Temos assim, ainda que apresentada como uma hipótese preliminar, que tanto a demografia histórica quanto os estudos culturais são concebidos e estruturados enquanto disciplinas em um espaço de tempo similar e obedecendo a um mesmo recorte geográfico. Para além disso, o processo de organização das categorias operadas comporta sempre a utilização da variável “tempo” e “espaço”, além de uma terceira variável “população” que tem como limite uma sociedade observável ou delimitada, preocupando-se em analisar um mesmo mundo histórico (NADALIN, 2004, p. 12).

Talvez essa inferência seja tão evidente que salte à vista, mas esse será nosso objeto de exposição: colocar o acento no ponto de conciliar duas áreas de pesquisa que lidam com a história de conjuntos de indivíduos, propondo a construção de uma reflexão interdisciplinar e intersubjetiva entre a produção da demografia histórica e dos estudos culturais que possuirá como fio condutor a dimensão da sociabilidade dos fatos e dos dados por meio de sua integração. Esse trabalho visa, portanto, apresentar de forma preambular o diálogo estabelecido entre a bibliografia da demografia histórica e dos estudos culturais em âmbito nacional, procurando conciliar as formulações desses dois campos, não em sentido da reprodução de um discurso daquilo que já estabelecido em suas macro-áreas ao evitar o emprego mais direto dessas categorias de forma supra histórica ou a-histórica, mas utilizando-as no entendimento da historicidade da sociedade em seu sentido mais amplo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Sendo um dos objetivos principais de uma pesquisa associada às ciências sociais tratar de modificar o posicionamento presente no “senso comum”, buscar-se-á abarcar elementos constitutivos da demografia histórica e dos estudos culturais no Brasil (GIDDENS, 2005, p. 641). O processo de pesquisa adotado, baseado no apresentado por Anthony Giddens, percorre um caminho pré-definido, partindo da escolha da questão fundamental da proposta

temática e, em seguida, da revisão da bibliografia a ser utilizada na pesquisa, visando criar um laço com o período estudado e identificando os métodos investigativos que melhor se aplicarão à proposta temática apresentada (GIDDENS, 2005, p. 641). Para o estudo inicial do tema serão utilizados como fontes primárias as produções bibliográficas associadas às áreas da demografia histórica e dos estudos culturais, com destaque para a produção de Sergio Odilon Nadalin para a área da demografia histórica e de Maria Elisa Cevasco para a área dos estudos culturais.

A fim de cobrir possíveis lacunas históricas existentes entre os diferentes momentos da investida de análise das correntes, serão tratadas como fontes secundárias diferentes obras de outros autores nacionais que compreendem a formação e evolução das respectivas áreas, ainda com a ênfase na produção nacional. Contudo, uma proposta de pesquisa pautada em modelos sociológicos de análise não consiste apenas na enumeração de fatores, exigindo também a interpretação do significado dos fatos e das questões teóricas encontrados ao longo da revisão bibliográfica. Assim, após a formulação de explicações provisórias, a pesquisa estabelecerá também uma investigação comparativa, a fim de buscar conhecer os pontos de contato entre a demografia histórica e os estudos culturais (GIDDENS, 2005, p. 641-642).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Procuramos apresentar, até este momento do texto, nossa metodologia de análise teórica e uma breve exposição da aproximação das disciplinas pelos seus respectivos contextos históricos de organização sob a perspectiva da intelectualidade europeia. Iremos agora transpor nosso foco para os pontos de contato e de contraste entre a demografia histórica e os estudos culturais, partindo da análise do cenário brasileiro, em especial de autores nacionais que dão movimento às correntes a partir de suas produções.

Começando por Sergio Odilon Nadalin, o historiador e pesquisador de populações do passado nos é uma referência no debate da demografia histórica no Brasil, responsável por organizar trabalhos que se ocupam de aproximar história e demografia, conforme lemos em seu livro publicado em 1994 e reeditado em 2004 e que traz como títulos essas duas categorias – *História e Demografia: elementos para um diálogo* – é exposto, por meio da história demográfica de uma família, um modelo metodológico de pesquisa e de uso de dados nem sempre tão comuns à pesquisa demográfica. Como apoio, traremos também o debate mais geral sobre a recepção da demografia histórica no país apresentado pelos pesquisadores Carlos Bacellar, Ana Scott e Maria Bassanezi acerca dos quarenta anos da disciplina no Brasil. Sobre Maria Elisa Cevasco, a pesquisadora e linguista será nossa referência enquanto

um dos principais nomes preocupados em discutir os estudos culturais no cenário nacional, com destaque para o livro *Dez lições sobre estudos culturais*, publicado originalmente em 2003, no qual é apresentado o processo histórico de formação da disciplina em torno da temática da cultura e de sociedade. Novamente, traremos como apoio um texto de Renato Ortiz de 2004, no qual o sociólogo procura problematizar a existência dos Estudos Culturais na América Latina. Estes são, portanto, autores que propõe lições para aqueles que buscam o conhecimento da realidade, além das aparências (FERREIRA; OLIVEIRA, 2004, p. 9).

Tanto a produção de Nadalin quanto a produção de Cevasco aproximam-se de uma proposta de análise de conjuntos de indivíduos, sendo que a distinção ocorre na delimitação das categorias: a demografia histórica mobiliza esse conjunto enquanto “população” para referir-se a comunidades que habitam uma determinada região, estado ou cidade; os estudos culturais, por outro lado, se referem a esse mesmo conjunto como “sociedade” para denominar um grupo de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade. Temos, deste modo, que mesmo sob uma concepção diferente do objeto a ser analisado, ambas disciplinas delimitam sua atenção ao estudo de comunidades, o que nos leva a questionar o método empregado por cada uma das disciplinas no Brasil para a construção desse entendimento de comunidade enquanto um resultado de processos históricos, ou ainda, de uma “realidade social” passível de análise.

No cenário nacional a demografia histórica brasileira organizou-se em torno da tradição francesa, a qual já citamos anteriormente. Apoiando-se no método de reconstituição de famílias, os primeiros trabalhos nacionais foram organizados em São Paulo e no Paraná, marcados, ainda que inicialmente, pelo embasamento na história social e econômica e na história da população, utilizando os dados demográficos e o método francês de reconstituição de famílias como base para outras análises (BACELLAR; SCOTT; BASSANEZI, 2005, p. 342). Como referência para esse importante momento temos novamente o nome de Sergio Nadalin, em 1978, com a escrita de *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la Communauté Évangélique Luthérienne a Curitiba entre 1866 et 1969*, que sinaliza o movimento da demografia histórica nacional em reconhecer nos séculos XVIII, XIX e mesmo o século XX uma massa documental expressiva e passível de exploração pelos estudiosos da população (BACELLAR; SCOTT; BASSANEZI, 2005, p. 343). No que concerne à população brasileira enquanto objeto de estudo, a própria disciplina surgiu das necessidades técnicas e metodológicas demandadas em função das exigências colocadas pela exploração dos registros de catolicidade, em um primeiro momento (NADALIN, 2004, p. 46), marcada

por uma transição epidemiológica de duração relativamente curta, articulada ao benefício aportado por novas tecnologias que beneficiaram, de modo geral, toda a sociedade, resultando numa sensível melhoria nos níveis antes assinalados. Observa-se assim que a demografia histórica brasileira segue os passos de sua influenciadora, nascendo de um avanço das tecnologias e dos métodos demográficos, e partilhando um consenso de que definir o que seria a historicamente passível de análise apresenta dificuldades diante da crescente incorporação de novas fontes, objetos e abordagens (NADALIN, 2004, p. 42).

Entretanto, se, do ponto de vista teórico e epistemológico, é possível definir ou conceituar a demografia histórica no cenário nacional, o mesmo não é facilmente visto para os estudos culturais. Isto porque, enquanto a demografia histórica já apresentava a organização de uma corrente madura no pensamento brasileiro, os estudos culturais ainda se esforçavam para encontrar espaço nas áreas formalizadas das humanidades no Brasil. A penetração dos Estudos Culturais no cenário nacional, conforme indica Ortiz (2004, p. 121) se faz pelas bordas na transição do século XX para o XXI, na periferia do campo hierarquizado das ciências sociais – em especial nas escolas de comunicação –, evidenciando o conservantismo de disciplinas como sociologia, antropologia, literatura em relação ao debate cultural. Propriamente sobre a categoria de cultura, os estudos nacionais herdaram o processo avaliativo que considera como, a partir da década de 1960, houve uma virada semântica no conceito de cultura, em especial na sociedade britânica, amarrando mudanças na organização social de um novo mundo, agora conectado pela ascensão dos meios de comunicação de massa (CEVASCO, 2007, p. 24).

Nesse novo momento, a cultura, enquanto categoria, passa a comportar a noção de “culturas” no plural, com o deslocamento do debate da identidade nacional para as “disputas entre as diferentes identidades nacionais, étnicas, sexuais ou regionais”, como sintetizado nos trabalhos de Cevasco (2008, p. 24) e Ortiz (2004, p. 120). Nessas condições, era preciso, para se manter um mínimo de relevância, pensar a cultura na sociedade e não apartada dela, de modo que o sentido cultural de uma comunidade passa a simbolizar tudo aquilo que constitui a maneira de viver dessa sociedade específica, atribuindo valor analítico às grandes obras que codificam esse modo de vida e às modificações históricas desse mesmo modo de vida, usualmente representadas nas produções intelectuais e culturais (CEVASCO, 2008, p. 50-51).

Encaramos assim um segundo ponto de contraste entre a demografia histórica e os estudos culturais no Brasil. Para a pesquisa demográfica, as atividades culturais são colocadas em posição reduzida e satélite, impedindo que se perceba a cultura de uma população como um modo de produção de significados e valores mais básicos para o funcionamento da

sociedade estudada (CEVASCO, 2007, p. 112). Por outro, Nadalin (2004, p. 38) reconhece que no interior de uma história populacional existem mudanças que, independentemente do dinamismo demográfico, são apenas perceptíveis em nível explanatório, pois dependem de definições qualitativas. Como exemplo, temos a questão da relação entre mudanças de idade dos integrantes de uma população e o processo de envelhecimento (NADALIN, 2004, p. 38). Ainda que os conceitos relativos à idade sejam comuns, eles variam em sentido e uso de acordo com a época, com o lugar e com a categoria social, fazendo com que conceitos relativos à infância, juventude, adolescência passem a adquirir significados diferentes, assim como o significado da palavra “velho” (NADALIN, 2004, p. 38).

Sergio Nadalin nos indica, por meio de sua produção, como os termos pelos quais temos contato ao longo da pesquisa demográfica são construções culturais sujeitas a ação de indivíduos ou grupos localizados. Essa indicação muito se aproxima da proposta de Raymond Williams no livro previamente apresentado *Culture and Society, 1780-1950* (1958), no qual o autor galês examina as ideias sobre a cultura e sociedade enfaixadas na mudança do significado de termos como os aqueles presentes no título do livro desde a Revolução Industrial até 1950. O foco do interesse nas mudanças semânticas é explicado pela capacidade de certas palavras reterem sentidos e informarem às modificações na população inglesa causadas por determinados eventos ou processos e movimentos de reorganização social (CEVASCO, 2008, p. 13-14). Como desdobramento desse método, Williams publica *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society* (1976), onde examina a história de outras palavras e termos que, mesmo sendo familiares, ainda são marcadas por processos de ressignificação. O que nos interessa aqui é o emprego de uma análise cultural e não etimológica. A origem de determinados termos, conforme se evidencia no livro, traz sentido e novas perspectivas aos debates já cristalizados em outras áreas das humanidades. Partindo dessa perspectiva, Cevasco (2008, p. 132) reforça como esse movimento altera as coordenadas pelas quais compreendemos a experiência de formação de comunidades, ao menos em âmbito cultural, principalmente pelo modo como categorias básicas como espaço e tempo são ressignificados, particularmente a noção de passado e de historicidade – categorias que enfrentam um processo de enfraquecimento na serialidade dos conhecimentos que parecem ser sempre sobre o presente, sem ligação com o que passou (CEVASCO, 2008, p. 133). Procura-se, deste modo, “romper com a visão de que o cultural e a vida familiar são apenas assuntos sem importância, uma expressão meramente secundária da criatividade e das realizações humanas”, colocando o passado e a história de comunidades como um elemento central para a construção de um entendimento mais próximo da realidade da sociedade

observada, conferindo não veracidade ao fato analisado, mas sim historicidade ao contexto social analisado (CEVASCO, 2008, p. 90).

Nadalin, mobilizando essas mesmas questões, propõe uma mudança na perspectiva demográfica da história das populações, mudança essa que arriscamos indicar bastante próxima da visão de Cevasco quanto aos estudos culturais e que introduz uma importante ponte entre as disciplinas. Em primeiro lugar, Nadalin (2004, p. 159) chama a atenção para o fato de que a experiência social de uma população, transcrita em nas relações estabelecidas pelos indivíduos e famílias que constituem a base demográfica dessa sociedade, “constitui a soma de comportamentos esperados em relação a uma determinada realidade”. Mas, não apenas isto, uma vez que a experiência social de uma população também carrega a história de acasos, de acidentes e de inconsistências, que só podem ser averiguadas sob uma perspectiva cultural e localizada.

Ao tratarmos de dados populacionais, a agregação dos comportamentos e dos seus condicionantes a análise demográfica “compõem uma complexidade que se traduz quantitativamente em ‘taxas’, ‘índices’, e que servem aos exercícios de generalização normalmente realizados pelo historiador e pelos cientistas sociais” (NADALIN, 2004, p. 159-160). Porém, as transformações qualitativas, sejam elas “de indivíduo para indivíduo, de geração para geração, de época para época, refletem-se também no campo profissional e acadêmico”, marcando a necessidade de serem frisadas conexões evidentes entre população, conjunto de indivíduos, força de trabalho e consumo, nexos estes que fundamentam as organizações sociais que são nossos objetos de análise (NADALIN, 2004, p. 39). Estamos, nos termos de Nadalin (2004, p. 158), contemplando a passagem de um sistema demográfico tradicional para um sistema demográfico que deliberadamente utiliza referências históricas e culturais. Apesar de todas as contradições inerentes, esse novo sistema considera também “as distintas variações regionais, étnicas e estamentais na sociedade brasileira contemporânea”, entendendo as diferentes comunidades nacionais em sua historicidade modo igualmente rica e variada nas suas diferentes composições locais (NADALIN, 2004, p. 158).

Entretanto, como nos previne Nadalin (2004, p. 46), é necessário reconhecer que a “demografia histórica comporta um risco evidente de anacronismo”. Não podemos, portanto, olhar para o passado e enxergar nele o que dele esperamos (NADALIN, 2004, p. 157). É preciso, em primeiro lugar, o entendimento de que a complexidade do que aconteceu “antes” permite melhor analisar os processos sociais mais recentes, nos distanciando das simplificações derivadas pelos “ranços ideológicos” (NADALIN, 2004, p. 161). Segundo, “compreender” o processo mais recente nos permite contornar a leitura de “um passado

necessariamente pior que o presente”, evitando tanto o anacronismo quanto o saudosismo, ambos perigos embutidos na linearização simplista da história (NADALIN, 2004, p. 161).

É preciso, então, contextualizar um levantamento demográfico que traga, além de um recorte geográfico e temporal, também uma preocupação com o âmbito social e cultural da comunidade observada. Espera-se que essa infiltração da perspectiva cultural, ainda que não convencional, colabore para um entendimento pontual na construção dialógica de uma pesquisa que carrega perspectivas plurais de comunidade. Por outro lado, a demografia parece ensinar aos estudos culturais que não existe apenas a atualidade em âmbito social, indicando que há também um mundo real e dados desse mundo, construindo um pensamento dentro da pesquisa cultural. Por fim, esperamos que a colaboração entre as disciplinas permite a construção de uma análise do meio social que se aproxima, guardadas as devidas proporções, daquilo que, nos termos de Hans Robert Jauss (1979, p. 45), compõe um “realce e fusão de horizontes”. Combinando as dimensões, chamadas de horizontes, do pesquisador responsável por interpretar os dados com aquela inscrita história e transcrita nos dados, apresentando assim um mundo que opera com algoritmos e conceitos – históricos e matemáticos –, mas que também considera os aspectos culturais e que se aproxima da realidade material.

Para concluirmos nossa discussão, iremos retomar brevemente o título basal de nosso trabalho, “Demografia Histórica e Estudos Culturais”, em que a escolha e ênfase dada na conjunção “e” para abrir nosso texto atua como prenúncio do movimento geral apresentado ao longo do texto: um empenho em propor a aproximação de correntes acadêmicas que são marcadamente consideradas díspares dentro do debate mais amplo das humanidades, muitas vezes questionando até que ponto são possíveis associações entre as categorias mobilizadas por essas duas áreas sem perder suas características individuais quando observadas sob um mesmo espectro dentro da perspectiva da historicidade das populações. Essa formulação nos lembra do Paradoxo Sorites, conhecido também como “paradoxo do monte”. Não iremos nos estender nas propriedades que definem um monte no paradoxo grego, nos interessando a contraditória questão: “Em que momento um monte de areia deixa de sê-lo quando se vai removendo grãos?” O que nos interessou apresentar ao longo do texto, assim como surge na discussão do argumento sorites o que é um monte e o que é um não-monte, é evidenciar o fato de que não há uma separação que torne evidente o que demografia histórica ou estudos culturais quando observadas à distância sobre um panorama mais amplo da historicidade de populações. Não há, deste modo, um limite evidentemente capaz de delimitar em que ponto ocorre a transição de uma categoria para a outra em vista da quantidade de objetos transpostos no processo de análise e construção teórico e metodológico.

Assim como o paradoxo pode ser utilizado para debater as fragilidades de sistemas dogmáticos, o mesmo foi empregado nesse momento do texto para firmar o que foi previamente anunciado e repetido: a demografia histórica e os estudos culturais caminham lado a lado possuindo o mesmo objeto de análise – a historicidade da sociedade – ainda que operem em diferentes especificidades particulares de seus cosmos de criação. Temos, como conclusão provisória, que ao tratarmos da história das populações, cada escolha tem um peso no caminhar da pesquisa, de modo que procuramos enfatizar a busca pelo equilíbrio entre teoria e a prática de pesquisa, construindo uma visão mais ampla da pesquisa em humanidades. Esperamos, por fim, ter apresentado possibilidades de debate entre essas duas correntes e a ênfase, ainda que tímida, da necessidade do reconhecimento de que as pesquisas voltadas ao estudo das sociedades são igualmente pesquisas sociais, que demandam alteridade, seja ela na operação dos dados, em seus compartilhamentos, etc., não confiando na autonomia de uma única área em particular, mas na alteridade do estudo das sociedades, da racionalização dos dados e teorias.

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, C. A. P.; SCOTT, A. S. V.; BASSANEZI, M. S. C. B. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 22, n. 2, p. 339-350. 2005. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/248/pdf_232. Acesso em: 09 set. 2022.
- CEVASCO, M. E. Estudos culturais: fim de linha ou aposta na relevância? **Revista Outubro**, [S. l.], edição 23, p. 91-108, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_06_Cevasco.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.
- CEVASCO, M. E. **As dez lições sobre os estudos culturais**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2008.
- CEVASCO, M. E. Introdução. In: WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.
- COSTA, I. D. N. Demografia histórica: algumas observações. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, PB, n. 24, p. 213-225, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/22450588/Saeculum_Revista_de_História_no_24_Dossiê_História_e_Culturas_Políticas_jan_jun_2011. Acesso em: 10 set. 2022.
- FERREIRA, C. E. C.; OLIVEIRA, M. C. F. A. Introdução. In: NADALIN, S. O. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004. p. 11-17.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução de: Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.
- JAUSS, H. R. A estética da recepção: colocações gerais. Tradução de: Luiz Costa Lima; Peter Naumann. In: JAUSS, H. R. et al. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

NADALIN, S. O. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

ORTIZ, R. Estudos culturais. **Tempo Social**, São Paulo, SP, v. 16. p. 119-127, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12419/14196>. Acesso em: 14 set. 2022.